



Ambiente: Gestão e Desenvolvimento, 1(1):28-46. 2006

A Insustentabilidade do Desenvolvimento Sustentável

José Hamilton Gondim Silva, Ph.D.

Reitor da Universidade Estadual de Roraima

hamiltongondim@superig.com.br

José Hamilton Gondim Filho, M.S.

Professor da Faculdade Cenecista de Brasília – DF

hamiltonfilho@superig.com.br

Abstract

The conceptions that support the so-called public policies to the sustainable development of present and future generations are presented. Special attention is given to the fact that, today, neither world, national or regional economy is able to sustain the present generation in a minimal dignified way of human condition. That's why the unsustainability of the proposals of sustainable development to everybody.

Resumo

São apresentadas as concepções que embasam as denominadas políticas públicas para o desenvolvimento sustentável das atuais e futuras gerações. Atenção especial é dada ao fato de que, hoje, a economia mundial, ou nacional, ou regional, é incapaz de sustentar a presente geração de uma forma minimamente digna da condição de ser humano. Daí, a insustentabilidade das propostas de desenvolvimento sustentável para todos.

Palavras chaves: Desenvolvimento Sustentável, Meio Ambiente, Preservação.

1. Introdução

Nosso interesse neste Trabalho é o de discutir as concepções que embasam as políticas de desenvolvimento sustentável, levando em conta a liberdade cultural e o respeito ao desejo e à diversidade do povo envolvido. Inicialmente queremos destacar que políticas públicas expressas em planos, programas, ou projetos, relacionadas ao desenvolvimento de Regiões como a Amazônia ou o Nordeste, em geral, declaram pretender não apenas o crescimento econômico da Região e sua integração na economia nacional, mas, principalmente, a melhoria da qualidade de vida das populações residentes, hoje e no futuro. Assim dito, parece trivial a escolha feita por um tipo de desenvolvimento privilegiando o aspecto social da atual e das futuras gerações. O discurso flui, então, com um jargão econômico-social-ecológico do modismo,

politicamente correto, sem um aprofundamento maior sobre as reais conseqüências dessas propostas, independentemente das posições políticas de cada interlocutor.

A esperança generalizada e declarada das políticas públicas de crescimento sustentado para os países ou regiões “em desenvolvimento” é que, mesmo existindo excedente de seres humanos “jogados” em atividades marginais e mantidos em estado degradante de miséria absoluta, a dinâmica do setor moderno acompanhada de certos cuidados com o meio ambiente e por uma política de controle da natalidade, seriam suficientes para promover crescimento sustentado a uma velocidade maior do que a nova taxa de crescimento da população. Assim, o setor moderno da economia absorveria, gradativamente, o setor marginalizado, para eventualmente toda a economia alcançar o estágio de

crescimento estacionário, com horizonte infinito, e beneficiando a toda a população, hoje e no futuro, para sempre. Mais parece um final de conto de fadas.

As estratégias seguidas por governos geralmente são altamente pretensiosas, tanto em seus aspectos de objetivos declarados quanto na abrangência espacial (regional) e temporal, incorporando a preocupação com a atual e as futuras gerações, para todo o sempre. Essas estratégias têm fundamentação econômica que as suportam e que precisa ser avaliada com maior profundidade.

Tem havido muita discussão, tanto na literatura econômica como em meios políticos, sobre crescimento sustentável e distribuição dos benefícios desse crescimento. Para cada proposta que se possa imaginar, existem incontáveis defensores com argumentos técnicos, científicos e políticos, os mais diversos. Há quem argumente em defesa de posições extremas, desde crescer primeiro para depois distribuir, passando por crescer distribuindo, até mesmo, distribuir primeiro para depois crescer. São utilizados argumentos técnicos de todo tipo: de curto e longo prazos, micro, macro, de equilíbrio parcial, de equilíbrio geral, autárquicos, considerando o resto do mundo, políticos e ideológicos.

2. A Modelagem em Economia

A modelagem econômica segue, em geral, a seguinte lógica: O mundo real em que vivemos é demasiadamente complexo, contendo gente de toda espécie. Nos modelos, os seres humanos desempenham os mais diversos papéis, tais como: produtores; vendedores diretos ou intermediários; donos de terra e de capital; empregados; e famílias consumidoras. É um mundo cheio de individualidades, às vezes estranhas, de difícil compreensão e que a psicologia e outras áreas do conhecimento humano tentam analisar. Nesse mundo real, existem instituições bastante diferenciadas. São instituições, ora públicas, ora privadas, ora intermediárias, com objetivos egoístas complexos, não apenas de maximização de seus objetivos individuais de curto prazo. As ciências administrativas e outras áreas do conhecimento dedicam-se aos estudos dessas instituições. Tirar do mundo real, multicultural, e complexo, com valores e formas de vida tão diversificadas, generalizações econômicas e pretender que sejam válidas para mais de seis bilhões e meio de pessoas, em diferentes

estágios de desenvolvimento, seria tarefa praticamente impossível.

Então, a teoria econômica parte para invenções de mundos hipotéticos, tremendamente simplificados, com vantagens analíticas extraordinárias, porém impregnados de pré-concepções, inclusive, ideológicas, muitas vezes servindo a interesses não confessados. O instrumental de análise é, a partir daí, logicamente impecável. As universidades e o mundo acadêmico são especialistas no treinamento de novos profissionais com pleno domínio desse instrumental analítico, elegante e repleto de ferramentas matemáticas altamente sofisticadas. Porém, é necessário que lembremos: **as conclusões obtidas desses modelos representam resultados que, por sua vez, são também hipóteses sobre o comportamento no mundo real que precisam ser testadas e contextualizadas.**

A figura 1 apresenta uma visualização simplificada desse processo analítico. Na verdade, todos os resultados teóricos já estão embutidos nas suposições feitas, visto serem apenas implicações lógicas dentro do mundo das hipóteses. Isto é, “tira-se do modelo o que se colocou dentro”. Em outras palavras: **os resultados da teoria são simples conseqüências lógicas de suas próprias suposições e devem ser olhados, com mais humildade acadêmica, reconhecendo suas limitações, apesar da sofisticação do raciocínio.**

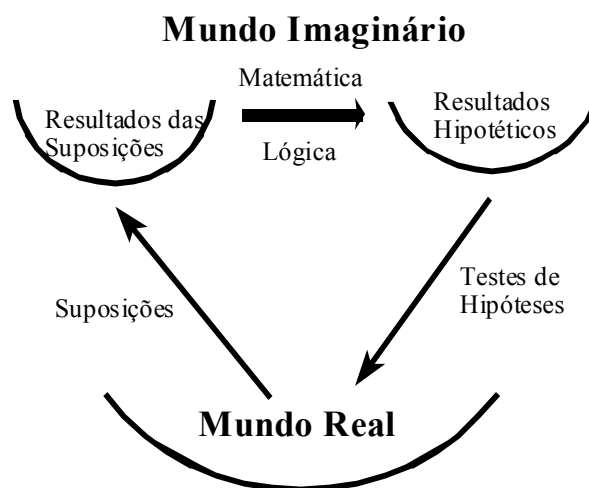


Figura 1

A fundamentação teórica dominante utilizada para explicar o funcionamento de uma economia capitalista é baseada em uma sociedade, com direitos à propriedade privada bem definidos, inclusive, o direito à propriedade privada da terra, composta de seres humanos que possuem perfeito conhecimento e que visam exclusivamente ao que é melhor para si, de forma egoísta (interessando-se apenas por suas ações, não importando o que aconteça com os demais seres humanos) e economicamente racional. Como resultado, na ausência de externalidades tanto na produção como no consumo de bens e serviços, tudo funciona automático e relativamente bem, desde que não existam restrições físicas, morais ou éticas, quanto à utilização e à degradação dos seres humanos nem dos recursos naturais.

Nestas condições neoclássicas, pode ser demonstrado que a política do **laissez-faire** conduzirá a economia a um equilíbrio geral e que este ponto é ótimo no sentido de Pareto, isto é, nenhum agente econômico pode melhorar de situação a menos que piore a situação de alguém mais.

Isto significaria que, mesmo numa sociedade desigual, com inúmeros indivíduos vivendo em condições sub-humanas, enquanto alguns têm muito mais do que o estritamente necessário para uma vida digna, uma situação em que famílias pobres que disputam o resto do lixo que não serviu de alimentação nem para os porcos, segundo a visão do dono ou dos próprios porcos, não podem melhorar de situação a menos que, por exemplo, a situação do proprietário piore, representaria um “ótimo de Pareto”, como bem o demonstra o filme “A Ilha das Flores”. A Ilha das Flores está localizada no município de Porto Alegre, capital do Estado do Rio Grande do Sul e o filme participou do Festival de Gramado, no Rio Grande do Sul, em 1988, ocasião em que ganhou os prêmios de Melhor Filme, Melhor Montagem e de Melhor Roteiro.

Costuma-se dizer, com certo ar de orgulho, que o “ótimo de Pareto” não entra em juízos de valores. Como é desejo declarado dos economistas evitar julgamentos de valor envolvendo o bem-estar privado de diferentes indivíduos, a conclusão natural é que deve ser minimizado o papel do governo, dando suporte à recomendação da política neoliberal de um governo mínimo. Note que, mesmo em condições tão díspares quanto às daqueles amparados pela

economia formal e das famílias catadoras de lixo, não se deseja fazer juízo de valor...

Nesse mundo neoclássico, o sistema de preços possui papel fundamental não só para determinação do que será produzido e em que quantidade, como também para que os consumidores revelem suas preferências individuais. O preço do tomate, por exemplo, oferece ao produtor o estímulo suficiente para que produza não apenas para seu próprio consumo, como também para oferecê-lo ao mercado, ao mesmo tempo em que os consumidores revelam suas preferência por molho de tomate ao disporem de parte de seus recursos financeiros oriundos de seu trabalho ou de suas posses.

Os preços, desde que nenhum agente econômico em particular tenha influência direta sobre eles e que não existam externalidades na produção nem no consumo, funcionam como perfeitos sinalizadores, tanto para produtores como para consumidores. Dada uma distribuição inicial dos recursos existentes, por mais injusta que seja, as forças de mercado garantiriam alocação e distribuição “ótima”, no sentido de Pareto, desses recursos escassos, sem a necessidade de julgamentos de valores interpessoais. A necessidade de intervenção governamental no sistema econômico passaria a ser mínima, em busca da eficiência, garantindo a segurança individual e coletiva, e os direitos, inclusive à propriedade privada.

Esse é o paradigma fundamental neoclássico. Supostamente “limpo”, pois não entra em disputas interpessoais, por exemplo, entre os produtores de bens e serviços, os donos de capital, os empregados da economia formal, ou os marginais, sem teto, sem terra, descamisados, descalços, sem renda, sem educação e sem compreensão de seus direitos e deveres de cidadão e que sobrevivem, de forma indigna, do resultado de seu trabalho em lixões, nas periferias das grandes cidades. Cada um deve cuidar de seus interesses individuais, sem maiores preocupações com os demais seres humanos, pois, no final do jogo político-econômico-social, uma situação “ótima”, no sentido de Pareto, será o resultado. Tudo funciona como se existisse uma “mão invisível” orquestrando as decisões e garantindo uma acomodação “natural” de todas as forças de mercado.

Pondo certa dosagem de democracia na escolha dos governantes, o sistema de mercados “livres” é considerado ideal e recomendável para todo o mundo

civilizado, principalmente após o fracasso de certas experiências socialistas. Notem que, como no filme “A Ilha das Flores”, diferentemente de porcos, galinhas ou gado, as mulheres e as crianças que vivem do “lixão” não têm dono. Simplesmente, em nome da liberdade, proclama-se o “império” da livre iniciativa em busca dos princípios de eficiência econômica. Qualquer situação diferente das pré-concebidas teria que ser interpretada como “desvio”, devendo ser corrigida apropriadamente, para garantir máxima eficiência econômica, principalmente, com base na iniciativa privada.

3. A Seleção “Natural” do Mercado

Sem dúvidas, o sistema dominado pelas regras do mercado possui muitas vantagens para que se revelem as reais preferências e que haja uma alocação eficiente de recursos. Na pior das hipóteses, pela seleção “natural” dos mais fortes, a população seria mantida no nível “economicamente ideal”, resultando no equilíbrio geral da economia, pela fome e morte dos agentes menos competitivos. A seleção seria “natural” e os sobreviventes teriam níveis de vida crescentes. Entretanto, os seres humanos são bem mais complexos e não morrem tão facilmente assim. Eles teimam em sobre-existir mesmo em condições consideradas subumanas, criando problemas sociais os mais diversos.

A figura 2 mostra as possibilidades de produção (P) e de consumo (C) de uma economia que utiliza sua força de trabalho (H) para a produção de bens de consumo para sustentar toda a população presente (N), com a tecnologia conhecida (T), e com as disponibilidades de recursos naturais (R). No eixo horizontal, estamos medindo o esforço de trabalho ($H = \sum h_i, i = 1, \dots, N$) da população para a produção de alimentos (PA, como função de H). No eixo vertical, estamos medindo a produção (ou consumo) de alimentos dessa economia (A). O estado das artes (T) é retratado pelas características da função de produção (f). O conjunto de produção possível (P) é delimitado pela curva que representa a função de produção $PA = f(H; T, R)$, dada a disponibilidade dos recursos naturais (R). O conjunto de desejo de consumo da população (C) é delimitado pela função de consumo mínimo de alimentos ($CA = g(H; N)$) que depende do esforço de trabalho da população (H) e da quantidade de pessoas que se deve alimentar

(N). A função $g(\)$ retrata a forma como a sociedade interpreta as necessidades mínimas de consumo do ser humano, dados os padrões de consumo pretendido pela população. O efeito de um aumento populacional no conjunto de consumo da população (C) pode ser observado pela movimentação, para a esquerda, da curva de consumo mínimo de alimentos (g), mantidos os mesmos costumes, tradições e pretensões da sociedade, enquanto que o efeito de uma degradação ambiental no conjunto de produção (P) pode ser sentido por movimento, para baixo, da

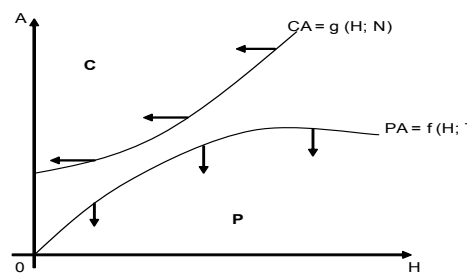


Figura 2

curva de produção (f).

A economia retratada na figura 2 é inviável visto que a interseção entre o conjunto de produção possível, P, e o conjunto de desejo de consumo, C, é vazio ($P \cap C = \emptyset$), isto é, a produção total da economia é insuficiente para alimentar toda a população no nível desejado, qualquer que seja o esforço de trabalho (H). Essa situação de inviabilidade da economia pode ter sido causada por um excesso populacional, por falta de conhecimento científico e tecnológico, pela degradação dos recursos naturais, pelas altas pretensões da sociedade na definição do consumo mínimo aceitável, ou pela alta valorização coletiva do lazer (preguiça generalizada).

A figura 3 representa uma economia viável. As curvas W_1, W_2 e W_{max} representam curvas de indiferença social numa seqüência crescente, visto ser objetivo de todos comer mais e trabalhar menos. Notemos que, sendo a interseção entre os conjuntos P e C não vazia, a política econômica que procura maximizar o bem-estar social (W) induzirá a economia para o ponto Q^* . Nesse ponto, a população estaria consumindo A^* , muito mais do que A_0 , que

seria o consumo mínimo admissível, associado ao esforço de trabalho representado por H^* .

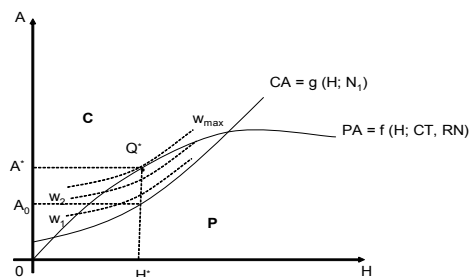


Figura 3

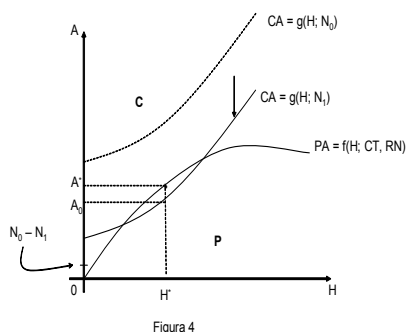
Numa economia como a retratada na figura 3, a população estaria consumindo mais do que o mínimo necessário para a subsistência. Essa sobra ($A^* - A_0$) poderia representar consumo em excesso ou poupança destinada a investimentos. Esses investimentos poderiam ser destinados à ciência e tecnologia (CT), ou à recuperação (preservação) ambiental, ou à melhoria dos recursos humanos, cujos efeitos diretos seriam deslocamentos para cima da curva $PA = f(H; CT, R)$, ampliando ainda mais as opções de consumo e poupança da população. Como visto anteriormente, o efeito de um aumento ou de uma diminuição na população a ser alimentada é o deslocamento para cima ou para baixo da curva de consumo mínimo, respectivamente. Esse fato diminuiria ou aumentaria o consumo excedente ao mínimo, conforme o caso. Assim, um aumento exagerado e persistente na população a ser alimentada poderia tornar a economia inviável, no futuro. Analogamente, o uso desordenado e irresponsável dos recursos naturais e a consequente agressão ao meio ambiente pelas atuais gerações, podem, por meio do deslocamento para baixo da curva da função de produção $PA = f(H; CT, R)$, provocar a inviabilidade da economia, no futuro. Por isso, argumenta-se que as atuais gerações devem ter responsabilidade na utilização dos recursos naturais limitados, para não provocar uma situação de penúria para as gerações futuras.

Dessa forma, pode-se perceber que a questão da sustentabilidade do desenvolvimento é muito mais ampla e complexa do que a simples preocupação com

as condições do meio ambiente. Uma situação de insustentabilidade da economia, isto é, de inviabilidade sócio-econômica, como a retratada na figura 2, pode ter sido o resultado de:

1. superpopulação, isto é, a população chegou a um nível em que as possibilidades de produção são insuficientes para alimentá-la, (teria havido deslocamento para a esquerda da curva g);
2. alta pretensão coletiva do que seria minimamente necessário para uma sobrevivência digna e condizente com a condição de ser humano;
3. estagnação do conhecimento tecnológico, que impede maiores crescimento na produtividade;
4. degradação no meio ambiente e consequente diminuição dos recursos naturais disponíveis, como resultado do uso irresponsável pelas gerações passadas.

Dados os recursos naturais disponíveis (qualquer que seja sua forma de preservação ou de degradação), o conhecimento científico e tecnológico e as condições sócio-econômicas e éticas que fazem com que a sociedade aceite como válidas certas condições mínimas de consumo e de vida, uma economia, mesmo com excedente populacional, poderá alcançar a viabilidade econômica simplesmente permitindo que parte dessa população, digamos, (N_1) seja marginalizada e viva em condições subumanas. Assim, como pode ser visto na figura 4, a população incluída ($N - N_1$), agora, sem o peso de ter que alimentar os excluídos, (N_1), pode consumir (A^*), mais do que o necessário para a subsistência (A_0). O esforço de trabalho despendido e economicamente reconhecido é igual a H^* . Os excluídos, (N_1), podem sobreviver em condições subumanas, sem um trabalho economicamente reconhecido. Há sempre a possibilidade de, por meio de um maior número de excluídos, de se garantir hoje, e no futuro, melhores condições de vida para os incluídos, desde que se tenha o cuidado do número de excluídos não alcançar volumes que comprometam a estabilidade social.



Todos parecem concordar com a necessidade de se garantir a sustentabilidade do desenvolvimento, em termos de preservação do meio ambiente. Deseja-se, de uma forma politicamente correta, que os recursos naturais limitados do nosso planeta sejam utilizados em benefício do nosso povo hoje, sem comprometer o bem estar das futuras gerações. Não se deseja que o povo que viverá no futuro, digamos, daqui a 500 ou 1.000 anos, seja empobrecido, seja lá o que isto signifique, por causa do nosso descompromisso de hoje na utilização dos recursos naturais escassos e limitados. O empobrecimento das futuras gerações (incluídas) pode ser maior ou menor que o atual empobrecimento dos excluídos, de qualquer forma, demonstramos, hoje, nossa preocupação com o “futuro”, mesmo sendo indiferente com relação ao empobrecimento atual dos excluídos.

A popularidade dos que defendem a sustentabilidade do desenvolvimento, esconde um paradoxo gritante, como chama a atenção Robert M. Solow, laureado com o Prêmio Nobel de Economia em 1989, em sua participação no “Human Development Report – 1996” (p. 16):

“Why is it so important that we protect the distant future from a fate that arouses so little concern and action when experienced by contemporaries? ... The governments – and the people – of advanced economies of the world do not seem at all anxious to think about equity when it comes to the use of current resources.”

Porque é tão importante que protejamos o futuro distante de um destino que desperta tão pouca preocupação e ação, quando experimentado por contemporâneos? ... Os governos – e os povos –

das economias avançadas do mundo não parecem ansiosos, de forma alguma, para se preocuparem com a equidade, quando se trata da utilização de recursos correntes”.

Na verdade, os excluídos do sistema econômico capitalista podem variar para mais ou para menos, dependendo do desempenho da economia, das condições de degradação do meio ambiente e do desenvolvimento científico e tecnológico. Os excluídos representam preocupação maior para as classes incluídas, apenas quando demonstram pouco apreço pela manutenção da lei e da ordem vigentes, como resultado do aumento desproporcional do sofrimento daqueles que vivem em condições sub-humanas.

Como, então, falar em sustentabilidade do desenvolvimento de uma economia, pensando no futuro distante, se hoje, essa economia, dados o conhecimento tecnológico, a distribuição prévia da riqueza, o sistema de organização político-social-econômica, os modos de produção, a situação em que se encontram os recursos naturais, e o grau de pretensão da coletividade ao estabelecer as condições consideradas como minimamente dignas de sobrevivência do ser humano, é incapaz de sustentar a atual geração? Na verdade, a economia no mundo capitalista moderno já é insustentável hoje e continuará insustentável no futuro, se continuarem presentes as condições atuais das principais variáveis relevantes, não importando o grau de preocupação com o meio ambiente que se externe.

4. A Dinâmica na Economia

A dinâmica de uma economia é baseada no fato de que somente parte do que é produzido é consumido, sendo a “sobra”, reinvestida no sistema econômico em ciência e na descoberta de novas tecnologias, na acumulação de capital físico, na melhoria dos recursos naturais, e no capital humano, incorporado à mão de obra. O investimento é o “motor” que mantém a economia crescendo para suportar as presentes e as futuras gerações, desde que a natureza não imponha restrições biofísicas para esse crescimento e os excluídos não sejam suficientemente numerosos.

A figura 5 apresenta uma visualização da lógica do crescimento econômico. Pode-se dizer que a

produção Y depende do estado das artes (CT), da quantidade dos recursos naturais disponíveis (R), do capital físico (K), e do capital humano incorporado à mão de obra (H), que são retro-alimentados pelo investimento (I) que é igual à poupança da economia (S).

A Lógica do Crescimento

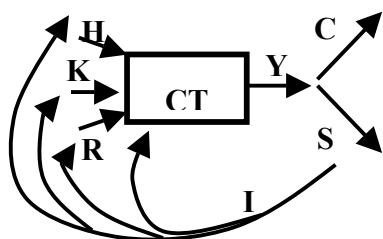


Figura 5

Uma economia que consome praticamente tudo que produz possivelmente terá tecnologia constante e sem apresentar inovações tecnológicas. Nessas condições, sem sobra e, conseqüentemente sem investimento, com quantidade fixa de capital, o processo econômico é o trivial: o esforço físico é utilizado para produzir exclusivamente o que vai alimentar a atual população.

O resultado dessa economia sem investimentos, é um estado estacionário, sem suportar crescimento da população e da produção. Enquanto não houver poupança para ser investida no processo produtivo ou em novas descobertas, a situação tende a não se modificar. Assim viveram nossos antepassados, até o advento da agricultura há cerca de 10.000 anos. E assim ainda vivem alguns povos primitivos na Amazônia, como é o caso de parte dos Yanomami. Sem contatos com os povos ditos modernos, suas populações permaneceram constantes durante milênios; ironicamente, após os “benefícios” do contato, eles tendiam a desaparecer.

Os períodos agro-industrial e industrial são caracterizados pelo desenvolvimento científico, pela mecanização, inovações tecnológicas, acumulação de capital e crescimento populacional persistente. A descoberta de novas tecnologias permite que se produza mais do que o necessário para a manutenção da população existente. Com isso, pode-se poupar algo, fazendo com que se produza ainda mais,

iniciando o processo moto-contínuo do crescimento econômico, suportando populações cada vez maiores, “ad infinitum”, na suposição de que não existem restrições biofísicas aos seres humanos e que a ciência e as novas tecnologias consigam superar o aspecto finito dos recursos naturais do planeta Terra.

Esse modelo está por trás da maioria da argumentação dos que buscam o crescimento econômico, com o argumento de que trará o bem-estar social por meio do aumento persistente na produção e no consumo, possibilitando manter não apenas a atual como as futuras gerações, para toda a eternidade.

A teoria do crescimento econômico é desenvolvida de forma matematicamente sofisticada, apesar de não admitir grandes complexidades. Por isso, supõe-se que não existem restrições à acumulação do capital, hoje, nem jamais, no futuro. A população é suposta ser relativamente uniforme, não importando os efeitos da estrutura familiar e as diferentes formas de trabalho não remunerado pelo mercado. Não se faz distinção entre classes sociais nem entre consumo para satisfação das necessidades básicas e do supérfluo, isto é, descartam-se as populações que sobrevivem de forma sub-humana da exploração dos “lixões”. Simplificando ainda mais, supõe-se que tudo que não é consumido será reinvestido, transformando-se em capital novo ou repondo o que foi depreciado.

A Teoria supõe ainda mais que o objetivo da política econômica seja maximizar o bem-estar social agora e no futuro, para sempre, e que esse bem-estar social possa ser representado, a cada instante de tempo, por uma função bem comportada do consumo *per capita*, $u(c)$.

Novamente, são feitas heróicas e radicais suposições, simplificando e irremediavelmente deturpando a realidade do mundo complexo de hoje. Ao tomarmos o consumo *per capita*, como indicativo do bem-estar social, ignoramos todos os problemas de distribuição dos benefícios da atividade econômica. Supostamente temos esperança de que melhorando a média, a sociedade estará oferecendo melhores condições de vida para a grande maioria, uma vez que o consumo absoluto de todos os estratos de renda tende a aumentar, num período de crescimento de renda (consumo) *per capita*.

Nesse mundo hipotético, a determinação do crescimento econômico ótimo pode ser feita com a ajuda da matemática da otimização dinâmica, envolvendo ferramentas do cálculo de variações e da teoria do controle ótimo. O objetivo de alcançar o crescimento “ótimo” passa a ser o de encaminhar a economia para a “estrada” que a leve o mais rapidamente possível para os valores seguros da “regra de ouro” resultante da análise. Existe uma espécie de “estrada de tijolos amarelos conduzindo ao ouro”, isto é, que converge para o ponto considerado ótimo. Nesse caso, é preciso fazer com que haja crescimento apropriado de ambas as variáveis *per capita*, capital e consumo.

Embora o crescimento do consumo *per capita* seja fundamental na política de desenvolvimento dessa economia, há sempre o perigo de uma queda sistemática na relação capital/trabalho, induzindo a uma completa exaustão do capital da economia, provocando o colapso. Por outro lado, não se pode permitir uma acumulação exagerada de capital, às expensas do consumo, porque, eventualmente o consumo *per capita* cairá de forma persistente, induzindo a população a morrer de fome, mesmo com mais alta relação capital/trabalho, levando a economia, também, para o colapso.

Segundo a teoria econômica dominante, não importa quão longo sejam os prazos do planejamento, o crescimento permanente do consumo, da renda e do capital, na mesma velocidade do crescimento da população, é o resultado da política que se aproxime da regra de ouro do crescimento ótimo. Esse não parece ser um resultado muito provável, principalmente quando analisamos a situação real do mundo de hoje e os grandes estágios históricos do desenvolvimento global. O quadro que temos hoje, no mundo, em geral e no Brasil, em particular, é o resultado da política adotada e da acomodação das forças sociais e de mercado. Continuar nessa mesma linha de política econômica dominante não corrigirá as injustiças existentes, podendo até mesmo agravá-las.

A teoria nos mostra, pelo menos, que não é trivial conduzir a economia para um estágio de crescimento persistente na dosagem “correta”, mesmo nas condições ideais supostas, isto é, um crescimento tal que maximize a função simples de bem-estar social, ao longo do tempo. Na verdade, o caminho a ser seguido é uma espécie de equilíbrio de

fio de navalha, com grandes chances de levar a economia ao colapso.

Ademais, com essas técnicas, podemos demonstrar que se o horizonte de planejamento for estendido suficientemente longe no futuro, então o caminho ótimo irá arquear (cada vez mais) em direção ao caminho de Ramsey, obtido para um horizonte infinito. Esse é o Teorema do “Turnpike” nome atribuído devido à analogia com o planejamento de uma viagem de um ponto a outro: Se a distância envolvida for suficientemente longa, compensaria pegar uma rota expressa, embora um pouco mais fora do caminho, permanecendo nela o máximo possível, até uma saída próxima ao destino desejado.

As vantagens analíticas extraordinárias, permitindo a análise do crescimento econômico ótimo que maximiza o bem-estar social das presentes e das futuras gerações, são obtidas às custas de suposições que criam um mundo hipotético simplificado, ignorando ou menosprezando pontos fundamentais das sociedades dos humanos. O modelo resultante é, sem dúvidas, um instrumental científico elegante e sofisticado. Os resultados teóricos são extraordinários na retratação das sociedades egoístas do mundo capitalista moderno. Porém, existem inúmeras e berrantes fraquezas no argumento neoclássico, que o tornam de utilidade duvidosa e até mesmo perigosa, para os tomadores de decisão econômica, principalmente nas economias subdesenvolvidas.

Muitas indicações da teoria econômica neoclássica têm servido para orientar políticas de crescimento que indubitavelmente têm favorecido às classes média e alta de alguns poucos países ricos e a uma minoria privilegiada e dominante nos demais países ou regiões pobres, com efeitos devastadores sobre a grande maioria do povo e para o meio ambiente, com riscos de tornar a vida praticamente inviável para todas as classes sociais do futuro.

A título de exemplo, lembramos que o Teorema do “Turnpike” tem sido frequentemente usado para justificar a filosofia do crescimento, mesmo às custas de maior desigualdade presente. Tem sido justificada maior concentração de rendas tanto interpessoal quanto espacial a fim de obter o investimento necessário para o rápido crescimento. Desigualdades regionais e interpessoais mais acentuadas têm sido toleradas pela sociedade, na esperança de que os

benefícios do crescimento resultante do processo de acumulação de capital (e das vantagens adicionais das economias de escala), transbordem para outras regiões e demais classes sociais. É comum serem usadas expressões do tipo: “é preciso fazer o bolo crescer, primeiro, para depois, distribuir”, como se existisse necessariamente um “trade-off” entre crescimento e distribuição e como se a desigualdade resultante fosse apenas temporária, devendo ser curada com o crescimento persistente.

Mais parece aquela parábola da pessoa magérrima que tinha o objetivo de ter proporções corporais consideradas ideais pelo modismo corrente. Resolve, então, usar a estratégia de comer, comer muito, engordar primeiro (concentrar e crescer), para depois pensar em distribuir o que ganhou de peso adicional, para os locais apropriados. Moral da estória: Pode-se ficar obeso, mais distante dos padrões desejados do que já estava inicialmente.

De qualquer forma, qualquer que seja o argumento e sua fundamentação teórica, a filosofia do crescimento tem ganho importância cada vez maior na formulação das políticas públicas. Existe um quase consenso de que todos os países do mundo, ou regiões, como a amazônica, devam se engajar nessa “corrida de obstáculos” que representa o esforço e sacrifício que todos devem fazer pelo crescimento econômico (ironicamente, os planos de governos acrescentam “com justiça social”).

Se o objetivo é mesmo a melhoria do bem-estar social da população presente e futura, crescer em termos econômicos, embora condição necessária, não é uma condição suficiente. Desenvolvimento humano requer mais do que crescimento econômico. É necessário melhorar os padrões de saúde e de educação, garantir um nível decente de padrão de vida a toda a população, além de garantir liberdade política e de reconhecer e acomodar a identidade cultural dos povos envolvidos.

5. Limitações dos Paradigmas

Do nosso ponto de vista, há que se partir do princípio de que todos os seres humanos têm direito inalienável de terem oportunidade de viverem plenamente suas vidas com um mínimo de dignidade, independentemente de sua inserção na vida econômica da coletividade, com respeito e garantia da liberdade cultural. Esse é o postulado fundamental que propomos como pré-requisito para qualquer

análise que se pretenda fazer da sociedade dos humanos.

Tem sido cômodo e comum considerar o indivíduo apenas como um fator de produção e um maximizador de utilidades. Porém, usando a filosofia moral de Kant, é imperativo que o ser humano não seja visto apenas como um fator de produção. Isto é, a pessoa não é apenas um meio, mas um fim em si própria. Defendemos que tratar com gente exige, necessariamente, o envolvimento de valores éticos, que garantam um mínimo de dignidade humana para a subsistência (reprodutiva) dos membros da sociedade.

O ser humano não é, por natureza, um animal egoísta e maximizador, como suposto nas teorias econômicas tradicionais. As pessoas, pelo contrário, comportam-se diferentemente, quando expostas a arranjos institucionais diferenciados, como bem o demonstram algumas sociedades tidas como primitivas. O pressuposto egoísta de que quanto mais, melhor e, portanto cada um deve apropriar-se do máximo possível, menospreza o papel das relações familiares e outras formas de mutualidade. Sociedades modernas poderiam estar agindo de forma economicamente racional, mas com maior grau de solidariedade humana, se, por exemplo, praticassem culturas com comprometimentos religiosos mais rígidos ou com estruturas familiares mais fortes, aprendendo um pouco com as comunidades indígenas.

O bem estar social de um povo não pode ser medido apenas por meio do consumo (“*per capita*”) de bens que possuem valores monetários de troca. Existem muitos bens, materiais e não materiais, que não possuem valores de mercado, mas que contribuem substancialmente para o bem-estar da sociedade, como é o caso do produto do trabalho familiar ou comunitário, ou visando ao consumo próprio, não remunerado, e de bens intangíveis como liberdade cultural e direitos humanos.

Relevantes avanços no bem-estar da sociedade podem ser alcançados por meio do incentivo governamental a vários tipos de organizações familiares e comunitárias tais como órgãos não-governamentais e associações diversas, sem fins lucrativos. Esses saltos qualitativos finitos não podem ser captados pela análise infinitesimal e egoísta que está à procura de pequenos detalhes, isto é de tendências, a partir de um ponto de “equilíbrio”.

Existem diferenças em termos éticos entre os desejos, supostamente ilimitados, de consumo de bens sofisticados que proporcionam os modos modernos de vida e as necessidades básicas (limitadas) para uma sobrevivência humana digna que são desprezadas pela análise neoclássica. A lei de demanda não faz diferença se o bem em questão é uma necessidade básica do indivíduo ou se é um bem de luxo. Os preços sempre agirão no sentido de “normalizar” o mercado. Se faltarem alimentos e água, por exemplo, não importa muito porque os preços subirão, o povo comerá e beberá, menos de tal sorte a “resolver” o problema adequando as quantidades demandadas e supridas.

Analogamente, se nossa geração não tiver a consciência de que não podemos exaurir os recursos da natureza e continuarmos agredindo indiscriminadamente o meio ambiente, não importa muito, pois, para as futuras gerações poderem sobreviver, é suficiente que se aumente a quantidade dos excluídos. Dessa forma, conforme pode ser visto pela figura 4, os incluídos poderiam continuar vivendo com nível de consumo acima da subsistência, podendo se dar ao luxo de consumir o supérfluo.

No que diz respeito às necessidades básicas do ser humano, é verdade que é impossível o estabelecimento de um nível mínimo absoluto de subsistência, visto que as pessoas antes de morrerem de fome aceitam degradar-se e sobreviverem algum tempo adicional em condições subumanas, como na Ilha das Flores. Porém, para cada lugar e sob as condições sociais existentes, existe um mínimo padrão de vida abaixo do qual a sociedade não aceita como digno do ser humano. Os seres, humanos antes de morrerem de fome ou de doenças correlatas à fome, degradam-se, sobrevivendo em condições que todos nós consideramos como indignas.

Muitas variáveis influenciam a sociedade em seu todo e o indivíduo, em particular, para aceitarem o padrão de vida resultante da atividade socioeconômica como digno. A comunidade pode, por exemplo, estabelecer padrões mínimos de vida que satisfaçam todas as necessidades básicas dos indivíduos, tais como, um local apropriado para viver com dignidade, uma certa quantidade e qualidade de comida provendo os mínimos requisitos nutricionais, um padrão de saúde compatível com a esperança de vida predominante, e assim por diante.

Todo ser humano tem o direito intrínseco a ter suas necessidades básicas atendidas em um nível genericamente aceito pela sociedade, independentemente do tipo de organização político-social. Não é natural vermos outras pessoas morrendo de fome enquanto temos muito mais do que o estritamente necessário para a sobrevivência. Deve existir um nível de pobreza abaixo do qual a sociedade não tolera. A garantia das necessidades básicas, consideradas pela própria sociedade, é um mínimo de solidariedade que se espera da raça humana.

Uma única pessoa sobrevivendo em condições subumanas, isto é, abaixo do mínimo estabelecido pela própria sociedade, já é demasiado, sob uma perspectiva moral. A subutilização de recursos humanos, principalmente nos países subdesenvolvidos é, entretanto, a regra prevalecente.

Muitos fatores têm contribuído para o aumento da insatisfação generalizada pela frustração dos desejos manifestos das populações atuais, principalmente das regiões menos desenvolvidas. Destacamos o fato de que a dinamicidade da vida moderna tem aumentado os desejos e aspirações dos povos em consumir bens e serviços cada vez mais sofisticados. A distância entre o consumo possível e as pressões cada vez mais elevadas dos indivíduos é aumentada, intensificando o nível de infelicidade e insatisfação geral e exacerbando a competição para a satisfação das necessidades individuais, básicas ou supérfluas, em detrimento do interesse coletivo.

Muitos governos explicitam seus engajamentos na busca cega de altos níveis de crescimento econômico, como se estivessem em uma corrida de obstáculos visando ao crescimento a qualquer preço, utilizando-se da desculpa de defender o emprego do povo. Todos parecem recusar a idéia de estagnação ou o retrocesso econômico, acompanhado de distribuição eqüitativa da miséria generalizada resultante. Na verdade, essa opção dicotômica entre um extremo e outro é apenas um falso dilema. Existem alternativas intermediárias, dependendo do foco de análise.

Não se têm dúvidas de que os avanços tecnológicos trouxeram benefícios inquestionáveis para o bem-estar da humanidade. Ao mesmo tempo, há que se reconhecer que a injustiça social no mundo (medida, por exemplo, pela distância entre os

extremos) não tem diminuído nem tem demonstrado tendência a diminuir. Existem muitas “Ilhas das Flores” por esse mundo afora!

O grau de felicidade de uma pessoa depende não apenas do montante que é consumido, como também como essa pessoa interpreta o mundo em redor e define o padrão do nível de vida desejado. Com mais razão ainda, qualquer tentativa de se fazer comparações entre o grau de felicidade de diferentes indivíduos envolve, necessariamente julgamentos de valor. Porém, não nos parece ético escudar-se no desejo de não se fazer juízos de valor, para calar-se na presença de dilemas entre o consumo supérfluo de alguns e o consumo das necessidades básicas da grande maioria.

É também um direito de todo o ser humano ter a liberdade de praticar sua religião abertamente, falar sua própria língua, celebrar seus usos e costumes e sua herança étnica, sem temer ser considerado ridículo ou sofrer punições. O respeito à liberdade cultural não deve significar a preservação de valores e práticas como fins em si próprios, como uma busca cega de preservação do que é tradicional. Liberdade cultural é, antes de tudo, a ampliação das oportunidades de escolhas individuais, oferecendo oportunidades adequadas para que se façam as opções desejadas.

Como chama a atenção o “Human Development Report – 2004” do Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas (pág. 4):

“‘Culture’, ‘tradition’ and ‘authenticity’ are not the same as ‘culture liberty’. They are not acceptable reasons for allowing practices that deny individuals equality of opportunity and violate their human rights – such as denying women equal rights to education”.

“‘Cultura’, ‘tradição’ e autenticidade não são a mesma coisa que ‘liberdade cultural’. Não existem razões aceitáveis para permitir práticas que neguem igualdade de oportunidades individuais e viole seus direitos humanos – como é o caso de negar às mulheres direitos iguais à educação”.

Partimos do pressuposto que competem ao governo, entendido como um grupo de indivíduos especialmente selecionados para representar os

interesses da sociedade, a definição e a implementação de políticas visando ao desenvolvimento dessa sociedade. Supomos também que o objetivo fundamental de toda política de desenvolvimento seja a valorização humana e social, não apenas das gerações presentes como também das futuras gerações, fazendo com que sejam mobilizados os recursos existentes, o estado das artes e da tecnologia em benefício de toda a sociedade de hoje e do futuro.

Não cremos seja suficiente fazer pequenos ajustes na teoria para enfrentar, por exemplo, problemas de restrições do uso de energia e da qualidade do meio ambiente e concluir que a razão ótima do uso da energia é constante no tempo, sendo que a utilidade marginal do uso de energia (através de sua contribuição ao consumo) deva ser igual à desutilidade marginal de seu uso (através dos efeitos da poluição).

Esse, como tantos outros, é mais um resultado marginal, isto é, na vizinhança infinitesimal de algum ponto da análise. É importante que, em nossa argumentação teórica, não nos percamos nos infinitésimos, deixando de considerar saltos finitos (macroscópicos) envolvidos nas mudanças das condições antes consideradas “caeteris paribus”. É necessário também analisar criticamente a construção do mundo hipotético através das suposições feitas. É aí, onde residem muitos dos truques da ideologia política e da cultura dominante, por onde entram os vieses e os juízos de valores que são alegadamente evitados.

As condições em que se encontra o mundo hoje não podem ser interpretadas como uma situação de equilíbrio geral. Nem tampouco parece ser de transição para equilíbrio. Tudo que temos diante de nós, é uma certa estabilidade social, devida à acomodação das forças políticas, econômicas e sociais que atuam na sociedade. Como num jogo, as coisas funcionam de tal sorte a fazer com que nenhuma pessoa insatisfeita nem nenhum grupo de pessoas, são suficientemente organizados para fazer alguma coalizão e bloquear a situação existente. O ajuste das forças que atuam na sociedade produz essa situação, que embora de não-equilíbrio permanece imutável.

Embora haja a constatação de que é fisicamente impossível prover a todos os seres humanos (mais de seis bilhões de pessoas) os padrões de vida praticados

nos países ricos, os defensores do crescimento acham natural que os demais países e regiões concorram entre si para a obtenção daqueles padrões, passando o crescimento a ser objetivo fundamental da política econômica.

Parece não importar o fato de que os recursos materiais disponíveis no mundo em que vivemos só podem possibilitar esse nível de vida para um número bastante reduzido de pessoas. Parece que pouco importa o que aconteça com a grande maioria das pessoas, desde que alguns privilegiados do país em que vivemos sejam beneficiados (entre os quais estaremos incluídos, naturalmente).

Os socialmente esquecidos (no Brasil, cerca de 50 milhões) formam uma classe que desempenha seu papel na regulação dos mercados formais da economia moderna, porém a um preço social alto demais. Eles são, em geral, analfabetos (cerca de 20.8 milhões, no Brasil de 1995), sem tetos, sem terras, mal vestidos, mal nutridos (18 % das crianças de menos de cinco anos de idade), sem condições sanitárias adequadas (42.9 milhões de brasileiros), e sem grandes razões para ter muitas esperanças.

Merece destaque o fato de que mais da metade da população do mundo (51,4 %) vive em países pobres que são responsáveis por menos de 5 % do consumo mundial, e que o nosso planeta Terra teria capacidade de sustentar apenas cerca de um bilhão de pessoas no nível de vida médio, por exemplo, dos Estados Unidos da América, hoje. E o que fazer com os demais cinco bilhões e meio restantes?

Assim, temos cada vez menos visões de um mundo melhor que ofereça prosperidade para todos os indivíduos independentemente do local em que vivam, na medida em que ações individuais tomam a precedência sobre interesses coletivos, dentro de um sonho capitalista, que tem se tornado pesadelo para a grande maioria da população do mundo. A corrida do crescimento econômico que estamos presenciando na humanidade não parece ser das mais honestas e justas.

Estamos claramente diante de uma situação de falácia de composição: Algo pode ser válido em nível individual ou de pequenos grupos, porém pode se revelar absurdo quando generalizado para o conjunto universal. Isto é o que acontece, por exemplo, em um teatro sem a declividade necessária. Todos sentados, não conseguem ver a cena completamente. De

repente, alguém tem a idéia de se inclinar para frente e consegue ver melhor do que todos. O aprendizado e a imitação induzem a todos a tomarem a mesma atitude. Com pouco tempo, todos estarão na ponta da cadeira, de pescoço estirado, vendo tão ruim quanto antes (ou pior, de uma posição mais incômoda!). O universo teima em não aprender a lição. Pouco a pouco todos vão se levantando até todos estarem de pé (e de mal humor).

A filosofia egoísta de cada um procurar o que é melhor para si, sem se importar com o que acontece com os vizinhos, tem orientado a política econômica de muitos países e regiões, provocando muitas injustiças e desigualdades em todos os níveis: entre os vários países do mundo, entre as grandes regiões, e dentro dos próprios países, e entre regiões e classes sociais. Querer compensar esse quadro vergonhoso com preocupações a respeito do meio ambiente é, no mínimo, uma atitude cínica.

De acordo com o Relatório do Desenvolvimento Humano-1996 (pág. 2): “A riqueza dos 358 bilionários do mundo excede a renda anual combinada de países com 45% da população do mundo” (são mais de 2,5 bilhões de pessoas). Embora não possamos ir muito além com comparações entre variáveis-estoques (riqueza acumulada) e variáveis-fluxos (PIB anual) as comparações feitas (devidamente qualificadas) servem para oferecer uma idéia da grandeza das disparidades existentes.

Em nível mundial, basta lembrar que os países mais ricos, que contêm dez por cento da população do mundo são responsáveis por mais de 50 % do consumo total do mundo. A outra metade do consumo terá que ser disputada entre os demais países que detêm os restantes 90 %. Ademais, os 20 países mais pobres, que também contêm dez por cento da população do mundo, não conseguem consumir metade de um por cento (0,47 %).

A distribuição de rendas verificada em qualquer instante, em qualquer país ou região, é o resultado histórico da acomodação das forças políticas, econômicas e culturais. Por outro lado, essas forças dependem do comportamento anterior e atual de muitas variáveis tais como: oportunidades educacionais, grau de participação e de influência nas decisões públicas e privadas, conscientização política da sociedade, etc. Em geral, a educação (para a cidadania) é a variável pivô, a partir da qual a

população pode ganhar consciência político-social, passando a participar efetivamente e obtendo conquistas democráticas reais.

Os modelos econômicos, em geral, consideram o governo como uma unidade decisória racional, definida exogeneamente, imputando-lhe objetivo simples de maximizar alguma função indiscutivelmente definida. Propomos que o governo seja tratado como entidade endógena complexa, sendo resultante das forças que atuam no próprio modelo, possuindo função objetivo definida politicamente.

Em qualquer sociedade, as funções de captar e interpretar, bem como implementar políticas no sentido de garantir a satisfação do que poderia ser chamado de “resultante” dos desejos e aspirações dos diversos grupos sociais, são atribuídas ao grupo de pessoas que está com o poder de governar a sociedade. O termo governo é utilizado para significar o conjunto de indivíduos de uma sociedade especialmente selecionados para representar os interesses dessa sociedade.

A seleção dessas pessoas pode ser realizada de diversas formas: democrática, onde cada membro adulto (acima de certa idade mínima) vota livremente para escolha de seus representantes; meritocrática, onde se avalia o mérito “puro” através de concursos públicos de títulos e provas (não deixando de conter certa dosagem de injustiça, excluindo aqueles que não tiveram boa educação básica); por imposição de algum grupo que avoca a si o poder de definir o que é socialmente desejável (ditadura, benevolente, ou não); por apadrinhamento, facilitando o nepotismo.

Ao interpretar os interesses da sociedade, o governo recebe influência de forma diferenciada dos vários grupos existentes. A visão e julgamento da resultante das diferentes reivindicações serão “melhores ou piores”, de acordo com a maior ou menor legitimidade de representação desse governo, e mais ou menos uniforme for a distribuição de oportunidades de participação dos variados grupos sociais.

O papel do governo no mundo capitalista contemporâneo é bastante complexo por envolver ações visando a garantir a lei e a ordem vigentes, inclusive o direito à propriedade privada, a segurança nacional, uma distribuição de benefícios do processo econômico socialmente aceitável, o pleno emprego

dos fatores de produção, especialmente da mão-de-obra disponível, a provisão de bens e serviços públicos, a compensação dos efeitos provenientes de imperfeições de mercado e externalidades na produção de certos bens, bem como intervenções outras no sistema econômico-social buscando crescimento acelerado, com controle da inflação e do balanço de pagamentos.

Na prática, a complexidade do processo decisório do setor público em um país de dimensão continental como o Brasil poderá ser melhor compreendida ao verificarmos que :

- O governo representa cerca de 180 milhões de brasileiros que vivem em diferentes regiões, em vários estágios de desenvolvimento, dentro de classes sociais diversas, e com níveis de educação e cultura e graus de participação bastante diferenciados.
- A opinião pública é formada de forma bastante complexa e o governo, além das pressões de seus representados, recebe também pressões internacionais de outros governos, órgãos governamentais diversos, empresas multinacionais, de órgãos não governamentais, e de grupos variados, com interesses diversos.
- O governo não é uma unidade decisória simples, pelo contrário, é uma grande árvore de decisões, envolvendo mais de cinco milhões de pessoas. São servidores públicos distribuídos nas três esferas de governo, federal, estadual e municipal, entre os três poderes, executivo, legislativo e judiciário, além de órgãos de controle externo e empresas estatais e de economia mista (nos três níveis). Esses servidores possuem graus e poderes de decisão bastante variados, sendo remunerados para agirem visando ao interesse da coletividade.
- Além de agir normativamente, o governo dispõe de orçamento público que, apenas considerando o setor federal, é composto do orçamento fiscal, monetário, das estatais e da previdência social. O orçamento fiscal é composto de quase 1.000 páginas, apresentado em dois volumes e envolvendo mais de 500 unidades orçamentárias.

Em resumo, o governo no Brasil, são mais de cinco milhões de pessoas selecionadas para tomarem decisões em nome dos 180 milhões de brasileiros ou para servir diretamente a essa coletividade.

Por exemplo, na área educacional, são muitas pessoas dando palpites, decidindo, dando ordens,

sendo remuneradas, viajando em todo País, para que o professor, no final da linha possa ministrar suas aulas. O exemplo da educação já é suficiente para demonstrar as dificuldades práticas de se estabelecer prioridades de acordo com o “pensamento da sociedade”. São muitas decisões que precisam ser tomadas por muitos tecnocratas, antes do professor desenvolver seu trabalho com os estudantes.

Existem, é claro, inúmeras fontes de distorção na definição de prioridades e nas articulações inter e intragovernamentais necessárias para garantir coerência e consistência do setor público na busca da maximização do bem-estar social. Muitas vezes as prioridades não se encontram claramente explicitadas, podendo ser detectado apenas um tênue sinal dessas prioridades na ênfase do tomador de decisão em algum “ramo da árvore”. Outras vezes, as prioridades, embora declaradas abertamente, representam apenas o resultado de uma retórica e em quase nada retratam a ênfase real daquele nível de decisão. Em qualquer caso, é natural encontrarem-se incompatibilidades e incoerências na interpretação das prioridades reais entre os vários “ramos”, tanto horizontal como vertical, de cada árvore de decisão.

Queremos enfatizar que a comunicação é muito difícil nessa verdadeira “floresta de decisões”. Não importa quão habilidoso seja o “mensageiro” e afinados sejam os “tambores”, dificilmente uma mensagem será ouvida corretamente. A complexidade do governo envolve não apenas problemas de representatividade e de legitimidade, como também questões organizacionais de toda sorte.

O governo seria melhor visto como uma gigantesca empresa (de propriedade do povo), com função objetivo complexa, definida pelas classes dominantes que ocupam os altos postos da hierarquia funcional, tanto pública quanto privada. O povo é proprietário dessa empresa que é comandada por seus representantes. A forma de escolha dos representantes e o grau de participação efetiva dos vários grupos sociais, tanto durante como após a escolha, retratam uma maior ou menor legitimidade do governo, responsável pela captação e interpretação dos anseios e aspirações da sociedade e pela explicitação do juízo de valor contido na definição de sua função objetivo.

Queremos explicitar que, dados a experiência política do passado, a pouca consciência social, a tradição de transformar em “conquistas” os

privilégios de certas classes, os variados jogos de interesses corporativistas, e a acomodação “natural” das forças sociais no jogo político da vida brasileira, é provável e natural que a ação do governo resulte em maior concentração de rendas.

São freqüentemente utilizados, por exemplo, a utilização de recursos do governo, isto é, dos pagadores de impostos, desembolsando ou deixando de arrecadar, para “incentivar” a implantação de indústrias, ou para salvar empresas falidas, principalmente bancos públicos e privados. Dessa forma, estaríamos beneficiando as empresas nacionais e transnacionais com a desculpa de gerar ou garantir empregos para a população em geral, mesmo sabendo que a riqueza e o poder gerados serão concentrados nas mãos dos empresários ou de seus altos executivos.

O governo (federal, estadual, municipal; executivo, legislativo e judiciário) em qualquer momento ou circunstância, reflete as injustiças sociais existentes através de sua ação política que representa seu julgamento do que seria sua função de bem-estar social. Defender decisões que visem à eficiência econômica não é fugir de problemas éticos. Pelo contrário, pode significar tomar partido claro, em benefício dos grupos dominantes, se existirem.

É comum elites locais (ou grupos organizados de classe média-alta) apossarem-se de argumentos distributivistas e de justiça social para defenderem propostas que beneficiam principalmente a si próprias, embora travestidas de interesses regionais ou sociais. Esse comportamento é generalizado em diversos grupos da classe de renda média, tais como, profissionais liberais, altos funcionários públicos (dos três níveis: federal, estadual e municipal; e dos três poderes: executivo, legislativo e judiciário), e empregados privilegiados de empresas estatais dos três níveis e de empresas de economia mista. Geralmente são utilizados argumentos de justiça social e classistas, envolvendo lutas sindicais, para justificar a permanência de certos privilégios.

É interessante notar como as elites do Brasil (empresariais ou não) possuem aparente consciência social apurada, com um discurso progressista praticamente sem defeito. Desejam um País com mais equidade e liberdade, onde as pessoas tenham um tratamento igual. Querem eliminar a situação de miséria absoluta a que está submetida grande maioria da população brasileira. Na prática, entretanto, todos

concordam em distribuir a renda dos outros, mas não a sua, considerando-a “conquista”. Quando falamos que a sociedade brasileira é uma das mais injustas em todo o mundo (em termos sociais, só perdendo para a África do Sul) sempre pensamos que a sociedade é formada por “eles”, nunca lembramos que somos nós próprios. Paradoxalmente, a grande maioria dos dirigentes nacionais provem dos estratos sociais da elite, sendo que a própria elite não confia no governo que dá origem.

Os pobres simplesmente são transformados em instrumentos de manobra política, ora pelos empresários capitalistas, com a desculpa de fornecer-lhes oportunidades de emprego, ora pela classe (média alta) “trabalhadora” privilegiada. Os mais pobres não têm educação nem organização de participação para defenderem seus direitos mínimos de cidadania, tornando mais difícil suas mensagens alcançarem os tomadores de decisão do governo.

Embora a maioria das lutas sindicais (principalmente onde há conflito de interesses entre capital e trabalho) seja recoberta de razões sociais, é importante notar que nem todo movimento denominado “regionalista”, “social”, “classista sindical” (para justificar fluxo de recursos públicos para regiões mais pobres ou para certas classes) significa algum avanço em termos de justiça social. Pode acontecer, por exemplo, que estejamos simplesmente induzindo movimentação de recursos da classe média da região rica (ou do país), para beneficiar as elites de regiões mais pobres, ou para manter certos privilégios que são propositadamente confundidos com conquistas sociais. O resultado final pode ser o de piorar a distribuição global dos benefícios econômicos.

É óbvio que o governo naturalmente estará muito mais bem afinado com os reclamos da classe dos privilegiados, sendo-lhe difícil ouvir e entender as necessidades das demais classes. Por outro lado, o povo na classe de renda mais baixa, não tendo suas necessidades básicas atendidas com um mínimo de dignidade, sendo analfabetas e famintas, não consegue nem mesmo entender o valor do ser humano (que é), conformando-se com promessas de melhoria em outras vidas, ou com a esperança de tirar alguma vantagem pessoal (mínima) no próximo período eleitoral.

Nossa mensagem fundamental é a de que não purgaremos nossos pecados com a elaboração de modelos sofisticados para defender o “status quo”.

6 – Lições de um Povo Primitivo

A história, as tradições culturais, os valores, a economia, as organizações política e social, e a maneira de ver o mundo dos povos primitivos têm sido objetos de estudo, utilizando-se distintas metodologias. Muitos estudos de casos de grupos específicos com interesses científicos particulares foram realizados e, a despeito de possuírem uma abrangência local, têm servido para o entendimento das principais características do comportamento daquelas sociedades.

Em um país como o Brasil, com sua porção de economia moderna bastante desenvolvida, convivem muitas comunidades em vários estágios de desenvolvimento. Na Região Norte, podem ser encontrados povos indígenas que ainda vivem de uma forma primitiva, como é o caso de parte do povo Yanomami.

O povo Yanomami vive em um vasto território na região Amazônica, no norte do Brasil e sul da Venezuela. Eles são considerados uma das sociedades mais primitivas do continente Americano e um dos maiores grupos indígenas não-aculturados da América do Sul. Eles são aproximadamente 22000 índios distribuídos numa área de 100000 milhas quadradas em mais de 370 comunidades, com média de 60 pessoas por cada comunidade.

Cerca de 9000 Yanomami vivem em território brasileiro, nos estados de Roraima e do Amazonas. Em suas pequenas comunidades, cada um tem alguma relação de parentesco com os demais. Normalmente convivem em grandes estruturas circulares, chamadas malocas, em regiões de difícil acesso. Essas comunidades são separadas umas das outras por grandes distâncias que ajudam a manter o isolamento de cada grupo e a preservar seus territórios para caça. Esse isolamento tem servido para manter, também, os hábitos de seus antepassados. A maioria continua vivendo dentro de seus velhos padrões culturais.

Nos últimos trinta anos, têm havido muitos contatos com o mundo moderno, principalmente depois da construção da rodovia BR-210, e a descoberta de minerais em suas terras. Em 1970,

havia vinte e uma missões religiosas estacionadas na maioria dos rios de seus territórios.

A despeito dos crescentes contatos com o mundo moderno, a economia Yanomami é essencialmente baseada na agricultura de queimada, suplementada pela coleta silvestre, pela caça e pela pesca. Seu mundo é composto de quatro partes: a maloca onde vivem comunitariamente; a roça, onde cultivam principalmente mandioca e banana; o rio, onde tomam banho, pescam e pegam água para beber; e a floresta em torno deles, onde caçam, principalmente de arco e flecha.

Sua tecnologia é muito simples. Todas as ferramentas (capital) necessárias à produção são facilmente adquiridas e repostas. A forma mais importante de capital é o conhecimento indígena de como sobreviver no ambiente da floresta e isso é passado oralmente dos mais velhos para os mais novos membros da sociedade Yanomami. A terra é (ainda) relativamente abundante. O único custo envolvido na terra utilizada no processo produtivo é aquele associado ao esforço físico para caminhar da maloca à porção de terra em uso. À medida que o tempo passa, a porção de terra que está sendo usada na produção vai se tornando menos produtiva, e quando a produtividade alcança um certo valor, eles decidem movimentar-se para outro pedaço de terra. A decisão de mudar para outra terra mais distante acontece quando a produtividade cai a tal ponto que ameaça sua subsistência.

Os Yanomami possuem organização social baseada nas relações de parentesco, e são integrados através do sistema institucional de reciprocidade, como mostra Polanyi (1968,1977) e Sahlins (1972), com as seguintes principais características:

1. A terra pertence ao grupo, que a usa coletivamente.
2. Os indivíduos desejam possuir as condições de vida mais próximas possíveis de um certo padrão estabelecido de acordo com sua tradição cultural e os valores que comungam. Possuem, portanto desejos limitados.
3. O grau de felicidade de cada indivíduo e do grupo depende da proximidade das condições vigentes, do padrão pré-estabelecido. Parecem muito felizes com a vida que levam.
4. A tecnologia é muito simples e baseada no conhecimento indígena, local. Produzem basicamente comida que é totalmente consumida

5. por aqueles que a produziram e suas famílias.
5. O conhecimento é passado oralmente de geração a geração, resultando num acesso total e imediato aos mais jovens.
6. A dieta individual é fixa, e a produção total é dividida igualmente entre os membros da família, formando uma espécie de socialismo primitivo. Possuem uma orientação muito forte para os aspectos comunitários.
7. Possuem uma variedade de regras de reciprocidade (não de mercado) e costumes baseados no sistema de parentesco e religioso, tendo uma relação pessoal e espiritual com o meio ambiente, vivendo dos fluxos e não dos estoques, como recomendam os bio-economistas Herman Daly (1989) e Geogescu-Reogan (1977).
8. Não existe o conceito de poupança. Qualquer eventual sobra é gasta em festividades (durante cinco a oito dias), quando têm oportunidade de demonstrarem o grau de amizade e trocarem bens com seus vizinhos.
9. Sua população, na ausência de forasteiros, mantém-se estável, no longo prazo, em torno de uma quantidade bem abaixo da capacidade máxima suportável pelo sistema ecológico que os rodeia.
10. Eles demonstram querer preservar os aspectos fundamentais de suas culturas.

Numa comunidade organizada de sorte a valorizar os aspectos familiares, onde valores coletivos são gerados por tradições culturais e crenças comungadas por seus membros, é natural que valores individuais (egoístas) não tenham muitas chances de se desenvolverem. Como não existe o direito à propriedade privada dos meios de produção, não existe a relação empregador/empregado no trabalho. O dinheiro e os mercados são ausentes da cena social. A identidade grupal e o processo comunitário são os ingredientes-chaves dessa sociedade.

Não trabalhar muito é uma das características de sociedades primitivas. Caçadores geralmente trabalham somente cerca de duas horas por dia. Eles são vistos como dando muito valor ao lazer, isto é, como preguiçosos. Porém, é preciso levar em conta a grande disparidade cultural entre seu ambiente e as condições geralmente encontradas nas sociedades modernas. Essa interpretação dos povos primitivos com relação ao esforço de trabalho, não é apropriada. Primeiro, porque nas sociedades primitivas

normalmente não existe a noção exata de horas de trabalho, como é para nós, nas sociedades modernas.

Desde os primeiros contatos, os povos tribais têm recebido, como presentes, bens manufaturados relativamente sofisticados tais como: machados de aço, facas, fósforos, armas de fogo, etc, em troca, oferecem algo facilmente repostos por eles próprios. Essas trocas, aparentemente inocentes, têm um preço “futuro” bastante alto, visto que não há como eles reporem esses bens, ficando numa dependência dos povos “de fora”.

As incursões de agentes da sociedade moderna têm tido motivações e aspectos diversos:

1. Contatos religiosos, com propósitos humanitários, têm o desejo de entenderem e respeitarem o comportamento e a cultura indígenas, embora também esperem provocar mudanças lentas com o passar do tempo, para incorporar valores cristãos, evitando, por exemplo, a prática do infanticídio. Como sub-produto desse trabalho com a comunidade Yanomami, eles introduziram bens modernos relativamente sofisticados, provocando mudanças na tecnologia de produção, nas condições de saúde e nutricionais, e na expectativa de vida.
2. Os militares têm sido movidos por argumentos de soberania nacional. Durante os governos militares (1964-1985), principalmente nas décadas de 70 e 80, a política para desenvolver a Região Amazônica era baseada em um plano para integrá-la à economia nacional. Rodovias foram abertas e foram dados incentivos especiais para implantação de indústrias agrícolas e projetos de mineração e de uso da floresta. O Projeto Calha Norte era uma declaração explícita das intenções de desenvolver a Região e continha uma política indigenista visando à integração das comunidades indígenas à sociedade moderna.
3. Agentes econômicos da sociedade capitalista moderna, tais como mineradoras, garimpeiros, fazendeiros e rancheiros têm o objetivo explícito de maximizarem seus próprios lucros. Em geral, eles têm efeito devastador sobre a cultura e identidade dos indígenas mais primitivos, dado o contraste entre os valores das duas sociedades. Além disso, o contato direto com os índios é feito por pessoas que vieram das áreas urbano-marginais da sociedade moderna, os garimpeiros. Eles são justamente os esquecidos do sistema capitalista que viviam em condições sub-

humanas em áreas marginais das cidades modernas. Geralmente são usados como desculpa para invasões das terras indígenas, com argumentos descabidos de que são pobres, sem terras...etc. Esquecem-se, ou omitem de propósito, que eles são produtos da nossa organização econômico-social injusta, e que os lucros desses contatos não serão apropriados pelos garimpeiros: Eles devem continuar numa situação social tão ruim quanto antes.

4. O governo, através de suas diversas agências em seus vários níveis, deseja auxiliar a preservar as culturas indígenas, e prestar assistência para o atendimento de algumas de suas necessidades básicas tais como saúde, condições sanitárias, nutricionais, e educacionais.

Por melhores que sejam as intenções, qualquer presença não indígena é um grande perigo para a saúde dos povos primitivos, pela introdução de doenças exógenas, algumas alcançando proporções epidêmicas.

Os contatos com o mundo exterior trazem, sem dúvidas muitas vantagens para os povos primitivos tais como: avanços tecnológicos de todo tipo, desde pequenas mudanças provocadas pela introdução de ferramentas mais elaboradas, até grandes revoluções afetando seus costumes; mudanças em seus padrões de consumo induzidas pela introdução de novos produtos ou pelo aumento da produção doméstica; melhorias nas condições de saúde, pela introdução de medicamentos modernos, especialmente vacinas.

No que pese todos esses benefícios, esses contatos envolvem custos tais como: aumento de suas dependências para com a economia moderna, pela substituição das ferramentas tradicionais (que eram facilmente repostas) por novos artefatos (não produzidos por eles); introdução de novas doenças, fazendo com que o efeito líquido sobre seu estado de saúde seja, possivelmente, negativo; progressiva perda de sua identidade cultural e estilo de vida; e a inevitável perda de suas terras.

Para se ver antecipadamente o futuro que espera por esses povos ainda primitivos, supondo que não hajam grandes mudanças na forma como enfrentamos o problema hoje, é suficiente verificar o que está acontecendo com os grupos que foram aculturados. De modo geral, no Brasil, como em outros lugares ditos desenvolvidos, eles estão sendo consumidos pelo alcoolismo e doenças diversas e perderam

progressivamente seus costumes e língua. Eles estão integrados ao setor urbano-marginal da economia capitalista moderna, e são considerados preguiçosos, dada sua atitude para com as relações modernas de trabalho.

A melhor solução é permitir que os próprios povos locais definam seu destino. Partindo-se do pressuposto de que o objetivo do governo seja aumentar o bem-estar social de todo o povo, considerado como seres humanos em toda sua complexidade, por suposição, todas as pessoas teriam o direito intrínseco e inalienável à vida, com um mínimo de dignidade. Esse mínimo de dignidade é determinado dentro do próprio contexto da sociedade local.

6. Referências Bibliográficas

- BROOKFIELD, D. *Management styles in the public sector: management decision*. 38/1, p.13-18, 2000.
- CARVALHO, O. *As pessoas no século XXI*. Varginha, 2001.
- CERQUEIRA, T. C. S. *Estilos de aprendizagem em universitários*. Belo Horizonte: Cuatiara, 2000.
- CUNHA, L. A. Ensino superior e universidade no Brasil. In: LOPES, E. M. T.; FARIA, Fº, L. M. de; VEIGA, C. G. *500 anos de educação no Brasil*. 2.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 151-204.
- DAY, G. S.; REIBSTEIN, D. J. *A dinâmica da estratégia competitiva*. Rio de Janeiro: Campus, 1999.
- GOULET, D. (1995) *Development Ethics: A Guide to Theory and Practice*. The Apex Press - New York.
- KOTLER, P. *Marketing estratégico para instituições educacionais*. São Paulo: Atlas, 1994.
- OLIVEIRA, D. P. R. *Planejamento estratégico: conceitos, metodologia, práticas*. 13.ed. São Paulo: Atlas, 1999.
- TACHIZAWA, T.; ANDRADE, R. O. B. *Gestão de instituição de ensino*. São Paulo: Fundação Getúlio Vargas, 1999.
- TAVARES, M. C. *Gestão estratégica*. São Paulo: Atlas, 2000.
- WRIGHT, P.; KROLL, M. J.; PARNELL, J. *Administração estratégica: conceitos*. São Paulo: Atlas, 2000.
- AYRES, Robert U. (1996) “*Commentary: Limits to the Growth Paradigm*” *Ecological Economics* 19:117-134.
- BRANDT, Barbara (1995) *Whole Life Economics* New Society Publishers. Philadelphia-Gabriola Island.
- BROWN, Lester R. *et all.* (1997). *State of the World-1997: A Worldwatch Institute Report on Progress Toward a Sustainable Society*. W.W. Norton & Company - New York-London.
- CHAMBERS, Robert (1983). *Rural Development: Putting the Last First*. New York: Holt, Rinehart, and Winston.
- COASE, Ronald (1960). “The Problem of Social Cost”, *The Journal of Law and Economics*. III(October):1-44.
- DALY, Herman E. (1991) *Steady-State Economics* Island Press. Washington DC.
- DEININGER, Klaus e Lyn Squire (1997) “Economic Growth and Income Inequality: Reexamining the Links *Finance & Development*, March, 38-41.
- GOULET, D.(1995) *Development Ethics: A Guide to Theory and Practice*. The Apex Press - New York.
- QIZILBASH, Mozaffar (1996). “*Ethical Development*”. *World Development* 24(7):1209-1221.
- RAMOS, Lauro, (1994) “*Poverty in Brazil in the 80s*” Brasília, IPEA, Texto para Discussão #361.
- ROBERTESON, James (1995) “*People and Places: Beyond the Dependence Culture*”. *Development*. (Journal of the Society for International Development) 3: 6-9.
- SMIL, Vaclav (1994). “*How Many People Can the Earth Feed?*” *Population and Development Review* 20(2):255-291.
- TENDLER, Judith (1989). “*What Ever Happened to Poverty Alleviation?*” *World Development* 17(7):1033-1044.
- UNITED NATIONS (1994). *World Social Situation in the 1990s*. New York.
- UNITED NATIONS (1996-a). *The Least Developed Countries - 1996 Report*. New York e Genebra.
- UNITED NATIONS (1996-b). *World Economic and Social Survey - 1996- Trends and Policies in the World Economy*. New York.
- UNITED NATIONS Development Programme (1994). *Human Development Report -1994*. New York e Genebra.
- UNITED NATIONS Development Programme

Ambiente: Gestão e Desenvolvimento, 1(1):28-46. 2006

(1996). *Human Development Report -1996*.
New York e Genebra.

UNITED NATIONS (2006). *The Millennium
Development Goals Report - 2006*. New York
e Genebra.

UVIN, Peter (1995) “*Fighting Hunger at the
Grassroots: Path to Scaling Up*” *World
Development* 23(6): 927-939.

WORLD BANK (1996). *Global Economic Prospects
and the Developing Countries*. Washington,
DC.

WORLD BANK (1997). *1997 World Development
Indicators*. Washington, D.C.

WORLD BANK (2006). *World Development Report
- 2006*. Washington, D.C. e Oxford University
Press.